

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR DENÚNCIAS DE FRAUDES CONTRA A RECEITA FEDERAL DE BANCOS E GRANDES EMPRESAS, MEDIANTE SUPOSTOS PAGAMENTOS DE PROPINAS PARA MANIPULAR OS RESULTADOS DOS JULGAMENTOS REFERENTES À SONEGAÇÃO FISCAL PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS – CARF

**REQUERIMENTO Nº , de 2016
(Do Sr. Altineu Côrtes)**

Requer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito que convoque o senhor Roberto Setúbal – Presidente do Itaú/Unibanco.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação deste Plenário, a convocação ora formulada, com o fito de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

A presente convocação busca esclarecer detalhes sobre decisão da Justiça Federal do Distrito Federal que anulou uma decisão do CARF, que tinha livrado o Banco Itaú de uma multa de R\$ 331,2 milhões de reais. Na decisão o juiz federal substituto Renato Borelli disse que não poderia deixar de levar em conta a Operação Zelotes na sua decisão. É importante que ele possa identificar com precisão sua suposta participação nos fatos investigados.

Sala das Comissões, em 09 de março de 2016.

Altineu Côrtes
DEPUTADO FEDERAL PR/RJ